

130620-004

Transcrito por [TurboScribe](#). [Atualize para Ilimitado](#) para remover esta mensagem.

Vamos prosseguir, então, com Capital Europeia da Democracia, Cascais reafirma a sua alinação ao projeto europeu. Convido-lhe, assim, a subir ao palco, Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Sebastião Mogalho, para uma breve intervenção. Bom dia, Cascais.

Muito bom estar aqui. Cumprimentar e agradecer, de novo, com o recém-eleito, o querido amigo, o Pedro Lopes, representador de Cascais. Uma grande honra ser convidado por este dia.

É tão feliz para mim, apesar de eu não ser cascalense, ao contrário de vós, que é ver um conselho português receber este galardão de Capital Europeia da Democracia. É uma grande satisfação estar aqui. Cumprimento todos aqueles que fazem parte deste projeto e da vida diária de Cascais, nas suas várias vertentes.

Em primeiro lugar, obviamente, os seus cidadãos, que aqui estão connosco, mas, obviamente, o seu corpo político, os seus vereadores, os seus presentes de junta, todos aqueles que, no fundo, servem Cascais e a vida da comunidade dos cascalenses. O Sr. Deputado, que também serve os cascalenses em certa medida, na Assembleia da República, que lá está. E todos aqueles que nos acompanham.

Cumprimentar, também, todo o que veio aqui hoje visitar-nos, e que, por isso, muito gostei de haver-vos aqui, a ouvir em português. Arcao, thank you very much for being here with us today. From some distinguished country, as is Austria, for the European project.

E vim aqui falar-vos, muito brevemente, de democracia, pelo fundo é aquilo que vos traz aqui hoje, e também um pouco de Cascais. Esta é uma sábana fantástica, justamente para falar-vos sobre isso. E eu vou ser muito breve sobre a democracia.

A democracia não é um regime evidente, não é? Ao contrário daquilo que parece, quando falamos de democracia, se eu aqui perguntasse alguém a contar a democracia, ninguém ia levantar o braço. Iamos todos levantar o braço a dizer que éramos a favor. Portanto, a democracia vive um certo paradoxo que é, não sendo um regime evidente, é um regime relativamente unânimo.

Pelo menos, felizmente, aqui em Portugal e aqui nesta sábana. Mas ela não é um regime evidente, porque é um regime que vive do choque e da fricção, como já foi aqui dito pelos oradores que me antecederam. Ao contrário daquilo que possa ser evidente, a democracia é um regime onde mais se choca, onde mais vivemos fricção entre as instituições que compõem a democracia, onde é mesmo suposto que o Parlamento choque o Governo, que quando temos duas câmaras que o Senado choque com o Congresso, ou com o Presidente, no caso dos Estados Unidos, ou com o Supremo Tribunal, choque com o Poder Público.

É suposto que se discorde a democracia não só entre os cidadãos, que é o mais normal, cada um vota em um partido preferido, como também entre as instituições que compõem a democracia. Isto muitas vezes não é simples de explicar. Eu às vezes começava antes de estar em oito das tarefas que tenho no Parlamento, porque eu fui jornalista, outra função que também contribui, eu tento contribuir para a democracia.

E o que é facto é que nem sempre é evidente explicar nem aos leitores, nem muitas vezes aos meus colegas jornalistas, sei que alguns conversavam, por favor não sofram, que não era uma crise política um órgão democrático discordar com o outro. Não era uma crise política, nem sequer é uma crise política, deixem-me dizer-vos, que dentro de um Conselho de Ministros há porta fechada aos ministros que discordem de vossas garantias, eu que nunca fui ministro. Isso acontece em todos os Conselhos de Ministros.

E não é uma crise. Isso é a vida da democracia. Muitas vezes também parece que é uma crise política quando um Estado, tanto da Europa, discorda do outro, ou até quando um partido da oposição, agora temos imensos partidos da oposição, quando os partidos da oposição atacam o governo, isso não é crise política, isso é a democracia.

Mas isto não é simples de explicar, como muitas coisas hoje em dia cada vez mais são difíceis de explicar. Posso dar aqui alguns exemplos. Por exemplo, o direito internacional, agora todos falamos do direito internacional.

E é muito interessante que se pensarmos a fundo no que é que é o direito internacional, para que é que ele serve, o que é que ele ainda é, que instituições é que ainda o podem fazer valer hoje, é muito necessariamente a parte das pessoas, dos agentes políticos que falam no direito internacional, usam o direito internacional para atacar um país em concreto, politicamente, para criticar ação de um país em concreto, e falam constantemente das Nações Unidas. Acho que aqui também ninguém vai ser contra as Nações Unidas, se tiver aqui algum membro do Conselho, eu também não estou a falar nisso. Respeitamos muito a sua opinião.

Eu respeito a opinião. Mas gostava de dizer que não deixa de ser interessante que falamos do direito internacional e dizemos pois é, aquele país em tão presente não está a respeitar o direito internacional porque agiu e não foi lá perguntar ao Conselho de Segurança das Nações Unidas se podia ou não fazer aquilo. Não estou a falar de nenhuma operação militar que um planeta pode estar.

Mas não deixa de ser extraordinário que essas pessoas não se perguntam. Então, se eu tivesse de perguntar ao Conselho de Segurança, quem é que lá está a ser murado? Os Estados Unidos têm lá a ser, os países que serão vencedores da Segunda Guerra têm lá a ser. Mas a Rússia também tem.

Então quer isto dizer que nós no Ocidente, nós na Europa, nós as democracias, temos que pedir licença ao Conselho de Segurança cada vez que quiser fazer alguma coisa? Isto é, só fazemos alguma coisa se a Rússia deixar? É isto que alguns defendem? E seria isto direito

internacional? Há uma questão que eu deixo de ser interessante e que também não é evidente, diria eu. Tal como não é evidente, falando, continuando com esta senda da democracia que muitas vezes pode ser unânime, mas não é nada óbvio, tal como também não é evidente, também recebe muitas críticas variadas entre os Unidos Políticos, por que é que haveríamos de gastar, ou de nos comprometermos enquanto Estado, o Banco dos Estados Europeus em concreto, a gastar 5,5% do nosso orçamento em despesas de defesa? Até à próxima década, por que é que haveríamos de gastar esse orçamento? Logo, nós que somos o país europeu, geograficamente mais distante da guerra, nós que estamos tão longe, por que é que haveríamos de gastar 5% do orçamento do Estado português? É uma meta equivalente a infraestruturas militares, por que é que haveríamos de fazer isso? É uma pergunta legítima, não sou nada contra o debate, como já percebeu, acho que o debate faz mesmo parte do debate pacífico. Mas por que é que haveríamos de gastar esse dinheiro? É uma pergunta que não tem uma resposta evidente.

De facto, como dizia a Dra. Marina Mortário, o Sr. Putin, no meio da república espanhola, não está a perguntar. É na nada, ela tem razão.

É verdade. Mas nós temos que gastar aqueles 5%, e não é só por sermos um membro fundador da NATO, Portugal é membro fundador desde 1949, mas é por uma razão muito simples, caros amigos. Se nós formos até aos países que estão mais próximos da guerra, e que são nossos países aliados com nossos países parceiros, como os países do Báltico, como os países da Europa Central, como a Lituânia, a Estónia, a Autónia e a Colónia, de só para dizer, eu posso vos garantir que quando nós apresentamos algum ceticismo e dizer não, nós somos vossos amigos, somos vossos aliados, nós fazemos dois quartos do meu peito, nós estamos ao lado da Ucrânia, mas nós não queremos gastar 5% da defesa, ao contrário do que vocês já estão a gastar, ou até mesmo a gastar.

Nós não queremos fazer os mesmos sacrifícios que vocês do ponto de vista orçamental. Cada euro, cada euro, e eu sei que isto é um discurso popular, só que falando de coisas que não são equivalentes à realidade cristã. O que é que nós temos que fazer? Temos de fazer o mesmo.

Cada euro que nós não investimos em defesa, do nosso lado, depois nos comprometermos a fazer o que fazemos de parte da mesma aliança de defesa, é um euro que eles vão ter que investir a mais na defesa deles. Além daquilo que eles próprios já estão a fazer no peito. Isto quer dizer que, não cumprindo nós com os nossos compromissos solidários, que são compromissos que não são populares democraticamente, que não são populares eleitoralmente, que são difíceis para todos os partidos de qualquer governo.

Mas se nós não gastarmos aquele dinheiro, é uma coisa que é muito pequena, que é muito simples e muito certa. E que eles nos dizem assim, vamos lá, todos os meus coelhos do Báltico me dizem isso. Todos aqueles da minha faixa etária que vão ter que cumprir serviço coletar obrigatório, e vão ter que ficar na reserva, e vão ter que ver os títulos dele ficar na reserva, porque têm a Rússia à porta.

E a Rússia é uma ameaça para o dia a dia deles. Todos eles me dizem, pois é, cada euro que tu não investis na tua defesa, é menos ouro para a escola pública, é menos ouro para o hospital público, é menos ouro para a minha mãe. E é mesmo assim.

Portanto, nós, da nossa tradição política aqui em Portugal, também vos vou falar um bocadinho dela, nós que acreditamos, temos este consenso do Estado Social Europeu, nós que defendemos, não há nenhum partido hoje em dia, com assento no Parlamento, que defenda a abolição do Estado Social Europeu, com modelos diferentes, claro que sim, mas ninguém quer acabar com a escola pública, ninguém quer acabar com o Serviço Social de Saúde, podemos querer reformá-lo, podemos querer fazer algumas mudanças culturais, mas ninguém quer abolir o direito à saúde ou o direito à educação pública em Portugal. Não há nenhum consenso nesse sentido. Temos que nos perguntar, se acreditamos no Estado Social para nós, não vamos acreditar no Estado Social para eles? Só porque eles estão mais perto de uma potência invasora? Isso seria europeu? Isso seria democrata? Eu julgo que não.

Eu julgo que não. Mas a democracia, muitas vezes, como eu vos dizia, não é evidente. Não é mesmo evidente.

E tem que ser explicada, e dá trabalho explicar a democracia. E eu diria que hoje, dá cada vez mais trabalho explicar a democracia. No último Eurobarómetro, no último Eurostat, conjunto de estatísticas de auscultação à sociedade europeia, nós vemos que 50%, 49% não.

49% dos inquiridos europeus desconfiam das suas instituições públicas e dos seus processos eleitorais. Vejam bem. Metade dos inquiridos do Eurobarómetro não têm uma confiança plena nas suas instituições democráticas, nos seus parlamentos, nos seus governos, no dia da solidariedade das urnas, em quem contam os seus votos.

Isto quer dizer qualquer coisa. Metade dos cidadãos. Só 30% manifestam o mesmo nível de preocupação com a desinformação através dos netos sociais ou da imunização artificial.

Só 30% é que têm essa desconfiança, em comparação com 50% que desconfiam abertamente da democracia e do conflito institucional. Isto quer dizer qualquer coisa. Quer dizer que temos trabalho por fazer.

Quer dizer que dentro desta dificuldade em explicar as coisas, temos que nos empenhar mais em explicá-las, mesmo quando elas são difíceis. E, recentemente, também, outro estudo, também europeu, não do Eurobarón, mas do OECD, vemos que, em 20 anos, de 2004 a 2024, em 2004, confesso, é há muito tempo, tenho 9 anos, mas em 2004, num rácio global de democracias versus autocracias, estava na ordem dos 70-30, 70% de democracias, 30% de autocracias. Ao contrário.

Foi um bom campanha para aqui estar. Mas, em 2004, como vos dizia, estava mais ou menos repartido, em 50-50, 50% de autocracias, 50% de democracias. E, 20 anos devolvidos, em 2024, vemos um crescendo exponencial das autocracias, em 70%, e uma quebra para 30% das

democracias.

Quer isto dizer que, nos últimos 20 anos, em que tivemos um desenvolvimento tecnológico brutal, em que tivemos um aprofundamento das instituições europeias e da integração europeia substancial, provavelmente mais a nível económico e monetário, mas a nível político também, especialmente desde a conflito da guerra, por razões de necessidade, mas tivemos essa integração, o que é facto é que, nos últimos 20 anos, tivemos um aumento das autocracias e uma queda das democracias. Há várias causas para isso. Daria para fazer um ciclo de conferências em tempo, sobre as causas diferentes para a queda das democracias e, provavelmente, das autocracias.

Não vou começar com isso, mas acho que é importante, para nós, enquanto portugueses, para nós, enquanto europeus, termos noção de que nós, neste século XXI, em particular, a partir desta década, nós vamos passar a ser a minoria. E isto é um contexto muito perfeito. Como também já foi dito aqui neste concurso comigo, o consenso que saiu da Segunda Guerra Mundial e no final da Guerra Fria, em que se acreditou que a democracia seria progressivamente maioritária, hoje em dia já não é assim.

Nós sabemos que não é assim. E nós, enquanto democracias, se sabemos que podemos ser minoritários, temos que adaptar a nossa forma de estar no mundo e dentro de nós próprios. Nesse contexto, temos, sobretudo, que estar com a minoria.

Vai ser mais raro ser democrático. Vai ser mais incomum sobreviver enquanto democracia. E esse é um ponto muito importante para a forma como nós olhamos para nós próprios, para o nosso sistema político, para os nossos partidos, para a forma como agimos enquanto agentes locais, governamentais, estatais, e mesmo para a forma como nos posicionamos no mundo.

Vai ser mais difícil. Enquanto democracia, nós temos outro sentimento. Vamos ter que ceder.

Vamos. Vai ser desconfortável ceder. Vamos ter que nos sentar à mesa com pessoas que queiram gostar-nos mais vezes.

Vamos. Vamos ter que ficar calados numa sala quando alguém diz alguma coisa que nós concordamos para depois de o saber arrebarer. Vai ser desconfortável.

Vai ser muitas vezes politicamente fácil de criticar porque a diplomacia é a única pasta governamental que não dá votos. Nenhum dos nossos estrangeiros é uma bandeira eleitoral das nossas bandeiras. E é por isso que vai ser mais difícil fazer política neste mundo.

Vai ser mais difícil enquanto democracia triunfar dentro da democracia e sobreviver no contexto global que enfrentamos hoje. Eu estou convencido que nós, enquanto portugueses, depois do que o senhor presente à Câmara sugeriu, que é bem sem questões, não sei se faço isso daqui, se faço isso de seguida, muito bem, o senhor presente à Câmara sugeriu, que é bem sem questões, não vou me alongar mais, isto iria terminar com uma nota de otimismo porque é que eu acho que nós, enquanto portugueses, enquanto não respeitam os nossos amigos

austríacos, nós, enquanto portugueses, temos razões para estar otimistas dentro deste contexto de uma enorme dificuldade em que a democracia será cada vez mais minoritária e a política crescentemente adversa como nós sabemos. Eu acho que nós somos, estou convencido, obviamente sou suspeito de não achar, mas eu acho que nós somos uma democracia diferente das outras.

Eu sinto isso no Parlamento Europeu todos os dias, posso lhe dizer muito brevemente a ponto de notar, eu sinto isso todos os dias até porque no nosso grupo político, que é o maior grupo político, a maior bancada parlamentar do Parlamento Europeu, nós somos de 188, somos de centro-direita, temos na Carta de Cristo, os Conselheiros, os Morais, ninguém acredita que está lá um político que é de um Partido Social Liberado. É preciso explicar 10 vezes que os sociais democráticas têm lugar ali. E somos os portugueses que o contexto europeu, o mais irónico que isso possa parecer no contexto nacional, os moderados, progressistas, eu diria, na esquerda da nossa bancada parlamentar.

Nós não estamos à direita dos nossos amigos polacos, dos nossos amigos alemães, nem dos nossos amigos franceses hoje em dia. Isso quer dizer que não é fácil ser português e moderado num contexto europeu hoje em dia, mas é possível, há só mais trabalho. Ao contrário da cultura negocial aqui em Portugal, no Parlamento Europeu, quando começamos a negociar uma resolução ou uma legislação, começamos todos à mesma mesa, de extrema-direita à extrema-esquerda.

O que acho que pode ser um pouco divertido para conversar com o neocomunista francês e com o neonazi alemão na mesma sala, pode ser desafiante. Mas é possível, é só mais desafiante. Mas eu dizia-vos, porque é que eu acho que nós temos razões para ser otimistas e com isto também, antes de abrir às questões como sugeria o Presidente Câmara.

Porque eu acho que nós temos uma cultura de prática diferente dos outros. E temos mesmo. Vou-vos dar dois exemplos muito breves.

Em março de 1968, o Presidente do Conselho ainda era o Bolsonaro. Portanto, ainda vivemos num Estado novo. E uma figura da oposição, um advogado muito conhecido de figuras da oposição, foi deputado para São Tomé e Parintes.

Se você não ouviu dele, todos nós sabemos quem é. Era o doutor Mário Soares. E ele foi deputado para São Tomé por ordem do regime. Portanto, nosso último, não nosso último, mas nosso ditador queria enviá-lo para uma pequena e não muito boa ilha naquela época.

Uma das figuras da oposição. Um dos pais fundadores da nossa democracia. Mário Soares.

Guarda-se no informado. E então, o regime reportou de Tomé Mário Soares e houve um advogado no Porto que não conhecia o Tomé Mário Soares, que não estava envolvido na política, era só um católogo. Advogado conhecido no Porto que escreveu um telegrama, que foi mesmo escrever um telegrama, assinado pelo nome dele, ao Presidente do Conselho a exigir a

libertação de Tomé Mário Soares.

A Secretaria do Porto chamava-se Francisco Segreira. Não conheceu o Mário Soares no avião. Mas havia essa cultura mesmo na ditadura, havia essa cultura de que mesmo quando estamos no ponto de forma diferente há limites de decência, dignidade e respeito pelo outro que nós não deixamos ultrapassar e quando esses limites são ultrapassados, nós não deixamos que passe o outro.

Nós não viramos a carro ao lado. Isso é uma cultura da democracia portuguesa que já existia antes da democracia portuguesa, que não deixa de ser extraordinária. E depois da democracia portuguesa ela manifestou-se de forma ainda mais extraordinária, deixem-me dizer, deixem-me partilhar convosco também, que também não deixa de ser simbólico, que é, as duas figuras mais polarizadoras do período da revolução era português e do período pós-revolução era português, foram o general Spíngula e o general Sarabia de Carvalho.

Então são duas figuras muito associadas, digamos, aos dois extremos ideológicos que saíram da Revolução. O general mais para a esquerda, o general Spíngula mais para a direita. Ambos associados, pelo mais do que o outro, a movimentos terroristas.

Eu posso-vos dizer, o general Spíngula teve que fugir para a Espanha no dia 5 de Abril porque não era bem-vindo. Quem é que o reintegrou na Casa Civil da Presidência da República? Os figuras associadas à extrema-direita. Quem é que o reintegrou na Casa Civil da sua Presidência da República? Mário Soares, porque estava convencido que para o Regime seguir em frente depois da Revolução e depois da Ditadura, era preciso perdoar o imperdoável.

Perdoar o imperdoável. Foi o mesmo Mário Soares que concedeu uma amnistia a uma terceira metropoleira. Depois de uma associação, esse, mais direta, a movimentos terroristas e mais diversas associadas à extrema-esquerda.

Essa também é uma lição que tenho certeza que deves a dar, mesmo para um depoimento. É que a democracia não custa só conquistar, também custa a manter. E não devemos tomá-la por adquirida, nem dá-la por garantida.

Porque fizemos todos muitos sacrifícios para chegar aqui. Portanto, quando se fala mal do Regime, mal dos partidos, eu confesso que obviamente tem também um suspeito. Acho a crítica em relação aos partidos fundadores da democracia, sempre muito irónica e desinformada.

Os partidos fundadores só chegaram até aqui porque alguém votou neles. Os partidos fundadores não foram ungidos pelo homónimo vencedor das eleições e ficaram bocados. Os partidos fundadores, Partido Social Democrático, Partido Socialista, CDS, Partido Comunista Português, que o seu deputado, meu excelente deputado, quer dizer, mas só o... Mas dizer-vos isto, os partidos fundadores, por exemplo, são muito implicados pelos comentadores, pelos partidos novos à esquerda e à direita.

Os partidos fundadores são muito atacados. Mas é preciso dizer uma coisa que eu sei que é muito óbvia, mas acho que é preciso lembrar. Os partidos fundadores do Regime só duraram até hoje porque os portugueses votaram neles.

E porque continuam a votar neles. Portanto, neste ambiente de grande crítica ao Regime Democrático, de grande metamorfose no nosso sistema político, com novos protagonistas, novos pródigos eleitorais, novos favoritos, com certeza, não tem problema nenhum, eu acho que esquecermos a nossa consciência histórica, esquecermos as razões que temos de nos orgulhar e não ignorarmos os ativos que temos pela frente, acho que é muito positivo. E acho que nós, enquanto portugueses, temos uma responsabilidade particular na Europa, pelas funções que lá ocupamos, pelo papel que lá temos, posso oferecer só para dar aqui um exemplo, a primeira vez que o Conselho Europeu começou a reunião a falar de habitação foi o ano passado, com o Primeiro-Ministro português.

Foi a primeira vez. E é uma área que na Europa é considerada uma área de esquerda, de ter um Primeiro-Ministro do Centro de Trabalho Português para pô-la como primeiro ponto da agenda do Conselho Europeu. Obviamente o Conselho Europeu também, mas será até mais.

Mas dizemos que é possível sobreviver neste ambiente conturbado, e é possível mesmo, para concluir, é possível graças às nossas comunidades, graças ao património democrático que as CAES também representam. Eu conheço bem, vivi-o de perto, estive-o de perto, sou um enorme admirador dos seus protagonistas, aqueles que já o foram, aqueles que estão a ser e aqueles que ainda o serão. E deixem-me dizer-vos que aqueles que estão aqui na sala, e isto não é uma surpresa para vocês, mas ao nosso convidado, Dear Wilfred, I hope that you know that you are in a factory of political talent.

Portanto, cada vez que é preciso convidar alguém para o Ministério, convidar alguém para um cargo de grande responsabilidade internacional, com instituição, necessidade de capacidade social, ou alguém que vá ao terreno onde são bem coisas, eu suspeito que os nossos líderes, independentemente dos partidos a que pertençam, quando olham à volta à comunidade, quando olham para muitos para essa pessoa, rapidamente pensam na CAES. Muito obrigado. com vergonha? Não sei se... Muito bem.

Ninguém tem mesmo uma pergunta? Pronto. Significa que foi muito eficaz. Muito obrigada.

Muito obrigada, Sr. Deputado. De seguida, mostrei dois momentos. Primeiro, o segundo momento musical, com a interpretação limitável e técnica lírica de Ana Rita Coelho.

E depois, prometida de vídeo, vamos finalmente adicionar o vídeo do arranjo da sessão. Trazer Ana Rita Coelho.

Transcrito por [TurboScribe](#). [Atualize para Ilimitado](#) para remover esta mensagem.